

Sandro Marcío D. Alves Marengo

MUDANÇA LINGUÍSTICA À LUZ DA SOCIOTERMINOLOGIA DIACRÔNICA: A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA COMO FATOR EXTRALINGUÍSTICO

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que tem como objeto a linguagem de especialidade militar, mais precisamente os postos de graduação que indicam as hierarquias dos homens que compõem o corpo de tropa. Os *corpora* são dois manuais manuscritos (um setecentista e outro oitocentista) de tática de infantaria do Exército Português. Nosso objetivo principal consistiu em analisar as diferenças no campo nocional *Postos de graduação*, com base no aporte teórico da socioterminologia (FAULSTICH, 2001) em diálogo com a sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; ECKERT, 2004). A partir do tratamento quantitativo e qualitativo dos dados, explicamos as diferenças de frequência dos termos a partir do discurso escrito dos *corpora*, coadunados com a noção de estilo dos agentes escreventes, da história social e militar portuguesa, tomados como constituintes da história da cultura escrita e alocados como possibilidade de serem interpretados como fatores extralinguísticos, bem como da visão socioterminológica e diacrônica de orientação funcional da linguagem de especialidade militar.

Palavras-chave: Socioterminologia diacrônica. História da cultura escrita. Variação terminológica. Fatores extralinguísticos.

LINGUISTIC CHANGE IN THE LIGHT OF DIACRONIC SOCIOTERMINOLOGY: THE HISTORY OF WRITTEN CULTURE AS AN EXTRALINGUISTIC FACTOR

ABSTRACT

This article presents results of a research that has as object the language of military specialty, more precisely the graduation posts that indicate the hierarchies of the men who compose the troop corps. The *corpora* are two manual manuscripts (one from the eighteenth and the other one from the nineteenth century) of tactics of infantry of the Portuguese Army. Our main objective was to analyze the differences in the notional field, based on the theoretical contribution of the socioterminology (FAULSTICH, 2001) in dialogue with the sociolinguistic variationist (LABOV, 2008; ECKERT, 2004). From the quantitative and qualitative treatment of the data, we explain the differences in the frequency of terms from the written discourse of the *corpora*, in line with the notion of style of the writing agents, social and military history, taken as constituents of the history of written culture and allocated as a possibility to be interpreted as extralinguistic factors, as well as the socio-terminological and diachronic vision of functional orientation of military specialty language. Keywords: Diachronic Socioterminology. History of written culture. Terminological variation. Extralinguistic factors.

CAMBIO LINGÜÍSTICO A LA LUZ DE LA SOCIOTERMINOLOGÍA DIACRÓNICA: LA HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA COMO FACTOR EXTRALINGÜÍSTICO

RESUMEN

Este artículo presenta resultados de una investigación que tiene como objeto el lenguaje de especialidad militar, más precisamente los puestos de graduación que indican las jerarquías de los hombres que componen el cuerpo de tropa. Los *corpora* son dos manuales manuscritos (uno del siglo XVIII y otro del XIX) de tácticas de infantería del Ejército portugués. El objetivo principal consistió en analizar las diferencias en el campo notional *Puestos de graduación*, con base en el aporte teórico de la socioterminología (FAULSTICH, 2001) en diálogo con la sociolingüística variacionista (LABOV, 2008, ECKERT, 2004). A partir del tratamiento cuantitativo y cualitativo de los datos, explicamos las diferencias de frecuencia de los términos del discurso de los *corpora* escritos, coadunados con la noción de agentes de escritura, estilo, historia social y militar portuguesa, tomadas como constituyentes de la historia de la cultura escrita y asignados como posibilidad de ser interpretados como factores extralingüísticos, así como de la visión socioterminológica y diacrónica de orientación funcional del lenguaje de especialidad militar.

Palabras clave: Socioterminología diacrónica. Historia de la cultura escrita. Variación terminológica. Factores extralingüísticos.

CHANGEMENT LINGUISTIQUE À LA LUMIÈRE DE LA SOCIOTERMINOLOGIE DIACRONIQUE: L'HISTOIRE DE LA CULTURE ÉCRITE COMME FACTEUR EXTRALINGUISTIQUE

RÉSUMÉ

Cet article présente les résultats d'une recherche qui a pour objet le langage de la spécialité militaire, plus précisément les postes de graduation qui indiquent les hiérarchies des hommes qui composent le corps de troupe. Les corpus sont deux manuscrits manuels (un dix-huitième et un dix-neuvième) de tactiques d'infanterie de l'armée portugaise. Notre objectif principal était d'analyser les différences dans le champ notionnel, en s'appuyant sur l'apport théorique de la socioterminologie (FAULSTICH, 2001) en dialogue avec le variationniste sociolinguistique (LABOV, 2008, ECKERT, 2004). Du traitement quantitatif et qualitatif des données, nous expliquons les différences dans la fréquence des termes du discours écrit des *corpus*, en ligne avec la notion de style des agents d'écriture, l'histoire sociale et militaire, pris comme constituants de l'histoire de la culture écrite et attribués comme une possibilité à interpréter comme des facteurs extralinguistiques, ainsi que la vision socio-terminologique et diachronique de l'orientation fonctionnelle du langage de spécialité militaire.

Mots-clés: Socioterminologie diachronique. Histoire de la culture écrite. Variation terminologique. Facteurs extralinguistiques

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho apresentamos um dos resultados da pesquisa de cunho socioterminológico centrada na linguagem de especialidade militar (MARENGO, 2016; MARENGO; CAMBRAIA, 2016, MARENGO, 2016a, 2016b, 2017, 2017a). Nossos objetos de estudo são dois manuais manuscritos, um do século XVIII e outro do século XIX, de tática militar de infantaria. Os *corpora* se encontram na seção de manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). Após a delimitação e descrição inicial dos termos que compõem os dados específicos para o desenvolvimento da presente proposta, chegamos a alguns questionamentos: (1) O que motivou a diferença entre as frequências de tipo e de ocorrência (BYBEE, 2002) nos *corpora*?; (2) Por que a unidade terminológica *soldado* se manteve como termo de frequência maior nos dois séculos estudados?; e (3) Por que o hiperônimo terminológico *soldado* apresentou diferença significativa de um século para o outro no que se refere à frequência de ocorrência (BYBEE, 2002)? Nosso objetivo principal está centrado em analisar as diferenças no campo nocional *Postos de graduação*, com base no alicerce teórico da socioterminologia em diálogo com a sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; ECKERT, 2004).

A proposta metodológica na qual nos assentamos está voltada para a análise quantitativa das frequências de tipo e de ocorrência estabelecidas por Bybee (2002). Além disso, também daremos tratamento qualitativo aos dados a fim de possibilitar uma explicação das diferenças de frequência dos termos a partir da noções de agentes de escrita, objetivos de escrita dos *corpora*, público-alvo dos manuais de tática de infantaria que, em suma, nos apontam para as dimensões estilísticas apontadas pela história da cultura escrita (PETRUCCI, 2002) de estilo e da visão socioterminológica da linguagem de especialidade militar (FAULSTICH, 1995, 2001, 2002, MARENGO, 2016, 2016a, 2016b, 2017, 2017a).

1. VARIAÇÃO E MUDANÇA TERMINOLÓGICA: UM CONSTRUTO RECENTE

Tratar de variação, principalmente de mudança, na Terminologia é algo relativamente novo. No Brasil,

data de 1989, um ano após a realização do Congresso de Bruxelas, onde foi assentada a viabilidade de estudos diacrônicos nessa área, que “*surgiram as primeiras ideias de que, no discurso, o termo apresentava variação*” (FAULSTICH, 2001, p.20). Notamos assim que a perspectiva diacrônica, já amplamente trabalhada na linguagem geral, abre caminho para investigações sobre a variação e mudança que afetam os termos nas linguagens de especialidade. Na década de 90, os estudos de variação terminológica ganham mais reforço. A partir das premissas de Faulstich, outros estudiosos da área também passam a assumir a variação como fenômeno ocorrente nas linguagens de especialidade, refutando, então, os postulados de Wüster, que afirmava que as variações terminológicas poderiam (e deveriam) ser eliminadas por meio da normalização dos termos.

Faulstich (1998a, p.141) afirma que “a polifuncionalidade da unidade lexical [...] pode produzir mais de um registro ou mais de um conceito para o mesmo termo” uma vez que será esse o espaço em que as variantes serão “resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica, faz do termo”. Ao tratar de comunidade, deixamos claro que a visão que adotamos no nosso estudo não é a de comunidade de fala, assentada na ampla tradição dos estudos sociolinguísticos e terminológicos, mas a de comunidade de prática. Ao centrar nossos estudos na socioterminologia de viés funcional- que vai estudar o termo sob uma perspectiva linguística na interação social (FAULSTICH, 1995)- e essa, por sua vez, tem como base auxiliar os princípios da sociolinguística, optamos por tomar os estudos de Eckert (2004) como referência para esse diálogo. Como estamos tratando de linguagem de especialidade, partilhada e usada em contextos de uma determinada prática social específica, acreditamos que esse alinhamento é mais profícuo. Então, estabelecemos que a linguagem de especialidade militar é partilhada por uma comunidade de prática: os militares, que são os enunciadores e os enunciatários dos textos com os quais trabalhamos. Essa delimitação é necessária porque, segundo Faulstich (2002, p. 66), “é fundamental que o especialista em terminologia conheça o perfil do usuário, para que o repertório terminológico [...] se transforme num instrumento de

trabalho e seja fonte de informação lexical e semântica das áreas específicas do conhecimento”. Ademais, é importante afirmar que os conceitos que os termos portam são fruto de atividades cognitivas e interativas compartilhadas entre sujeitos. A conceitualização de mundo bem como o modelo mental que se cria a partir dele são, em grande parte, partilhadas entre os sujeitos, construindo-se, assim, a base do entendimento mútuo (KLEIBER, 1999).

Assim, estabelecemos a importância dos sujeitos, uma vez que são eles que geram e usam os conceitos e sua materialização expressa no léxico de uma língua. Convém agregar a esta afirmação o fato de que, tanto os sujeitos quanto suas manifestações linguísticas estão imersos em um ambiente maior: a sociedade. Desse modo, a linguagem que usam, seja geral ou de especialidade, não só reflete as construções cognitivas individuais e partilhadas pela coletividade, mas também aponta para o modo como essa comunidade mapeia o mundo ao seu redor. Essa ideia, expressa por Matoré (1973), suscitou a disseminação do conceito de lexicologia social.

En réalité, les mots n'expriment pas les choses, mais la conscience que les hommes en ont. Pour la lexicologie, les faits sociaux ont en effet l'aspect de choses, mais ce sont des choses vues, senties, comprises par des hommes; notre discipline devra donc envisager les réalités sociologiques dont le vocabulaire est la "traduction" à la fois objectivement, comme des réalités indépendantes de l'individu, et subjectivement, en fonction d'êtres vivant dans un milieu concret, dans certaines conditions sociales, économiques, esthétiques, etc. (MATORÉ, 1973, p.43)

Ainda que a proposta desenvolvida por Matoré seja alvo de várias críticas, principalmente no que concerne à sua formulação metodológica como bem postula Cambraia (2013), a sua ideia de estudar o léxico de uma língua com base na percepção da relevância dos fatos sociais é bastante pertinente, principalmente no campo de estudos da Terminologia de cunho variacio-

nista. Assim, se tomamos o par termo-conceito, base fundamental dos estudos terminológicos, veremos que a atribuição de um conceito ao termo, ou a criação de um termo para expressar dado conceito, não se realiza somente por fatores internos da língua, “they are, however, influenced by the social or culture background which often leads to different categorizations”. (ISO 1087-1, 2000, p.02)

Além desses aspectos, o fator tempo também é de suma importância. Segundo Özsoyoğlu e Snodgrass (1995, p.513), “[...] time is an importante aspect of all real-world phenomena. Events occur at specific points in time; objects and the relationships among objects exist over time”. Dessa feita, verificamos o quão importante é o fator tempo nos estudos de variação e mudança na terminologia, foco do nosso trabalho. É somente levando em conta essa variável que somos capazes de entender as (re)significações que um termo adquire ao longo de sua existência.

Corroborando com essa visão de que a linguagem de especialidade leva em conta os sujeitos, os contextos sociais e o momento temporal em que são produzidos os discursos, Faulstich (1998b) propõe um modelo de análise das variações terminológicas considerando que os itens do léxico especializado, como entidades históricas, devem ser analisados tanto no plano sincrônico quanto no diacrônico para que se possa ter dimensão total da evolução que o termo sofreu através dos tempos. Ainda segundo Faulstich (1998b, p.03),

nos percursos temporais da língua, o termo é uma entidade do discurso independentemente de sua realização no plano sincrônico e no plano diacrônico e, por isso, passível de apresentar variantes antigas e atuais.

Estabelecendo-se que o termo é passível de assumir valores distintos e que a função de uma dada variável pode desempenhar papéis diferentes em seus contextos de ocorrência na linguagem de especialidade, Faulstich (2001) construiu uma Teoria da Variação em Terminologia que se sustenta em cinco postulados:

a) dissociação entre a estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada; b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado; c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática; d) aceitação de que a terminologia varia e de que variação pode indicar uma mudança em curso; e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral. (FAULSTICH, 2001, p.25)

O construto de Faulstich serve de modelo e abre espaço para investigações de cunho variacionista, tanto sincrônica quanto diacronicamente, no campo da Terminologia. A partir dessas premissas, alinhados com a sociolinguística variacionista laboviana, podemos afirmar que a variação de um termo de dada linguagem de especialidade se dá pela ação do movimento gradual que realiza no tempo e no espaço. Além disso, focando a inserção dos estudos de Faulstich dentro do funcionalismo, notamos que essas variações são provocadas pela função das variáveis que estão envolvidas em sua produção. Como nos afirma a própria autora, “[...] la fonction est une entité pragmatique qui active ou rétracte les mécanismes de variation” (FAULSTICH, 1998c, p.13). A autora afirma que o fenômeno de variação será expresso por meio das variantes encontradas no discurso especializado. A função de uma dada variável será a responsável por motivar o fenômeno. As variantes, por sua vez, podem pertencer a três tipos de categoria: variantes concorrentes, variantes coocorrentes e variantes competitivas.

De acordo com o postulado de Faulstich (2002, p.77), essas variantes podem assim ser definidas: 1) **Variantes concorrentes:** são aquelas que podem concorrer entre si, ou que podem concorrer para a um processo de mudança. São classificadas como variantes formais, isto é, são formas linguísticas ou exclusivas de registro que correspondem “a uma das alternativas

de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado”. (FAULSTICH, 2002, p.77); 2) **Variantes coocorrentes:** são aquelas que apresentam duas ou mais denominações para um mesmo referente. Elas formalizam a sinonímia terminológica; 3) **Variantes competitivas:** “são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes”. (FAULSTICH, 2002, p.77). As variantes competitivas se concretizam através de pares formados por empréstimos linguísticos e formas da língua vernácula;

Centrando nossa atenção nas variantes concorrentes, a autora também as divide em duas grandes categorias: variantes terminológicas linguísticas e as variantes terminológicas de registro. As primeiras “são aquelas em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação” (FAULSTICH, 2002, p.73), ao passo que as segundas “são aquelas em que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos” (FAULSTICH, 2002, p.73). A autora, dentro desses dois grandes grupos, reconhece que as variantes apresentam diferenças entre si motivadas pelos diferentes fenômenos linguísticos provocadores das variações. Tendo isso em vista, apresenta tipologias que definem as variantes terminológicas linguísticas “ora em consonância com o lugar, com o nível do discurso e com o percurso temporal do termo na língua” (FAULSTICH, 2002, p.73). Então, teremos a seguinte classificação:

Quadro 01: Variantes Terminológicas

VARIANTES TERMINOLÓGICAS LINGÜÍSTICAS	VARIANTES TERMINOLÓGICAS DE REGISTRO
Variante terminológica fonológica Variante terminológica morfológica Variante terminológica sintática Variante terminológica lexical Variante terminológica gráfica	Variante terminológica geográfica Variante terminológica de discurso Variante terminológica temporal

(FAULSTICH, 2002)

Em relação às variantes terminológicas linguísticas, temos as seguintes definições, segundo Faulstich (2002, pp. 81-82): 1) **Variante terminológica fonológica:** aquela em que o registro se apresenta como formas decalcadas da fala; 2) **Variante terminológica**

morfológica: aquela que apresenta alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição do termo, sem que o conceito sofra alteração; 3) **Variante terminológica sintática:** aquela que alterna duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma unidade terminológica complexa; 4) **Variante terminológica lexical:** aquela em que algum item da estrutura lexical de uma unidade terminológica complexa sofre apagamento, no entanto o conceito não sofre qualquer tipo de alteração; 5) **Variante terminológica gráfica:** aquela que se apresenta sob forma gráfica diversificada se tomamos em conta os acordos formais de convenções da língua.

No que compete às variantes terminológicas de registro, Faulstich (2002, pp.82-83) estabelece: 1) **Variante terminológica geográfica:** aquela que ocorre no plano horizontal de diferentes lugares em que se fala a mesma língua; 2) **Variante terminológica de discurso:** aquela que ocorre no plano vertical e decorre da sintonia comunicativa que se estabelece entre enunciador e enunciatário de textos técnico-científicos, podendo ser estes mais ou menos formais; 3) **Variante terminológica temporal:** aquela que se configura como preferida no processo de variação e mudança, em que duas ou mais formas concorrem durante um tempo, até que uma delas se fixe como preferida.

Apesar da categorização sistêmica apresentada, “é preciso também atentar para o fato de que a divisão das variantes terminológicas em dois grandes grupos e, depois, em tipos específicos não exclui a possibilidade de os tipos aparecerem combinados entre si [...]” (FAULSTICH, 2002, p.83).

Sintetizando todo o conteúdo apresentado, somos do posicionamento de que não é possível separar o estudo do termo do discurso em que ele está inserido. Além disso, está claro que a materialização de um discurso de especialidade não exclui as condições socio-culturais, históricas e cognitivas envolvidas em sua produção (MARENGO, 2016; MARENGO e CAMBRAIA, 2016; MARENGO, 2017). Dessa feita, consideramos o construto de uma terminologia variacionista apresentado por Faulstich como sendo pertinente e,

por isso, será este o modelo que adotaremos para a realização do nosso trabalho.

2. PROCEDIMENTOS PARA DELIMITAÇÃO DO CORPORA

Os *corpora* selecionados para este trabalho pertencem ao acervo documental da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). Como nosso intuito se centra em analisar os fenômenos de variação e mudança em uma linguagem de especialidade, na distância temporal que atravessa dois séculos contíguos, dentro de uma dada prática social, delimitamos como mais prudente que ambos os objetos de estudo pertencessem ao mesmo gênero, contextualização de uso, origem geográfica e possuísem a mesma temática. Assim, adotamos como *corpora* dois manuais manuscritos (um do século XVIII e outro do XIX) de tática militar dirigidos à preparação e atuação de grupos de infantaria do exército de terra português.

3. OS CORPORA DO ESTUDO

A primeira fonte documental selecionada intitulase *Instruções militares que contém os princípios geraes de Tactica* e encontra-se sob a cota I-14,01,039 na Seção de Manuscritos da FBN-RJ, em forma de livro. A autoria do documento é atribuída a Antônio José Batista de Sá Pereira Carneiro e data de 1769 e acredita-se, por várias referências apresentadas em partes do texto, que seja de Portugal, sem maiores especificações de áreas ou cidades. Esse material está constituído de 91 fólios de papel.

A segunda fonte documental selecionada intitulase *Elementos de tactica para a infantaria* e encontra-se sob a cota I-13,04,026 na Seção de Manuscritos da FBN-RJ, em forma de livro. A autoria do documento é atribuída ao Conde de Oeynhausen e não apresenta data em seus dados catalográficos. No entanto, em investigações sobre os percursos do documento, verificamos que há uma data para a sua publicação. Seu ano de publicação foi 1829¹ e seu autor é o terceiro Conde D'Oeynhausen, João Carlos Augusto de Oeynhausen-Gravenburg, filho do primeiro Conde dessa linhagem. O texto das instru-

ções foi escrito em Portugal, em língua portuguesa, sem maiores especificações de áreas ou cidades. Este material está constituído de 88 fólios de papel.

4. O TRATAMENTO DISPENSADO À EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS

No que se refere ao tratamento dado aos manuscritos, partilhamos da opinião de Cambraia (1999) ao estabelecer a edição semidiplomática (ou paleográfica, ou paradiplomática, ou diplomático-interpretativa) como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos” (CAMBRAIA, 2005, p.95), todas estão devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico. As normas seguidas para a edição foram baseadas na integralidade em Marengo (2016).

5. A EXTRAÇÃO DE TERMOS MILITARES DE POSTOS DE GRADUAÇÃO

Com fins de obter a máxima precisão e avaliar quais os termos eram mais adequados para nosso trabalho, optamos pelo uso da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (doravante WST). Na rodagem de dados, verificamos que os substantivos são mais relevantes dentro do campo nocional *Postos de Graduação*. Logo, delimitamos trabalhar exclusivamente com essa classe de palavra. Convém aclarar que, apesar de estarmos focando exclusivamente os substantivos, eles aparecem materializados por meio de unidades terminológicas simples (UTS) e unidades terminológicas complexas (UTC²). A saber, uma UTS delimitada foi o item lexical *Official*. Ao longo dos

textos encontraremos UTC, tais como *Official superior* e *Official inferior*.

6. CONFIGURAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DIACRÔNICA

Nosso trabalho operou com dados de dois momentos distintos: primeiro com os do século XVIII e, depois, com os do XIX. Em seguida, classificamos os termos selecionados de acordo com os tipos de variantes: concorrentes, coocorrentes e competitivas (FAULSTICH, 2002). Na sequência, para cada macrotipo de variante, procedemos à classificação das categorias das variantes terminológicas: linguísticas e de registro (FAULSTICH, 2002). Ao classifica-las, também buscamos as motivações para a ação das variáveis no processo de variação. Tomando nosso aporte teórico como base, nossas análises de cunho qualitativo levaram em conta tanto os fatores intralinguísticos quanto os extralinguísticos (LABOV, 1994, 2001). Além disso, procuramos as motivações nas relações sociais, culturais e históricas (ECKERT, 2004; MATORÉ, 1973). A nossa interpretação qualitativa também teve base em tratamentos quantitativos que geramos a partir da classificação das variantes.

Nosso trabalho com as frequências foi baseado, com as devidas adaptações ao viés socioterminológico e às necessidades da nossa pesquisa, em Bybee (2002), que propõe a manipulação de frequências em duas vertentes: a) Frequência de ocorrência (*token frequency*), em que indicaremos o número de vezes que termo ocorre nos *corpora*; e b) Frequência de conjunto de formas (*type frequency* ou frequência de tipo), indicando a quantidade de itens lexicais especializados dentro dos campos nocionais.

Após a classificação dos dados, que fizemos obedecendo ao momento temporal de cada documentação, passamos à comparação dos resultados. Nessa etapa, avaliamos, primeiramente, as diferenças de frequência de ocorrência dos termos verificando a nulidade, progressão, estabilização ou retração do fenômeno de mudança e suas possíveis causas extralinguísticas.

7. ANÁLISE DO CAMPO NOCIONAL POSTOS DE GRADUAÇÃO: A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA COMO FATOR EXTRALINGUÍSTICO

O campo nocional (HALLIG; WARTBURG (1952), ROSCH (1973, 1975, 1978), MATORÉ (1973), GECKLER (1994) e HENRIQUES (2010)) que delimitamos para trabalhar, pertencente ao domínio militarismo foi o de *Postos de graduação*.

O campo nocional agrega os termos que a ele estão semanticamente relacionados. A inserção de termos no campo nocional também deve obedecer a uma organização lógica e coerente (GECKLER, 1994). No entanto, como nos afirma Abbade (2012, p.154), nem sempre é uma tarefa fácil organizá-los uma vez que “a estruturação e o funcionamento dos campos não dependem unicamente dos tipos formais de oposição, mas também do tipo de sua relação com a ‘realidade’ extralinguística que elas organizam ou formam a partir do ponto de vista semântico”.

Assim, levamos em conta, também, as realidades extralinguísticas para fins de hierarquização dos termos. Para tal fim, nos baseamos nas relações de hiperonímia e hiponímia existentes entre as unidades terminológicas identificadas para o campo nocional estabelecido.

A hiperonímia e a hiponímia são fenômenos derivados das disposições hierárquicas de classificação próprias do sistema lexical. Há significados que, pelo seu domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes. [...] Esse modo de classificar o mundo envolve um adensamento de semas, de modo que a quantidade de semas é inversamente proporcional à extensão do sentido da palavra [...] Nesse tipo de disposição hierárquica, há uma relação entre significados englobantes e englobados de acordo com o domínio semântico de cada termo da classificação. (PIETROFORTE; LOPES, 2005, pp. 128-129)

A partir das noções explicitadas pelos autores, entendemos hiperônimo como o termo englobante e,

por conseguinte, os englobados são hipônimos. Como ser um ou ser outro depende do modo como enfocamos sua posição na taxionomia (PIETROFORTE; LOPES, 2005), tomaremos, por sua vez, o campo *Postos de graduação* como hiperônimo dos termos que selecionamos. É importante mencionar que a nossa classificação partiu dos próprios *corpora*, portanto, nossa categorização sêmica foi construída pelo discurso.

De acordo com o significado extraído do nosso *corpus* do século XVIII, militar faz referência a qualquer homem engajado no serviço das Forças Armadas, no nosso caso, do exército.

É assim que se cria na época moderna uma nova definição da gente da guerra: o militar, criado a partir dos conceitos de ordem, disciplina e obediência ao Estado tornando-se um personagem que se posiciona no cenário entre a guerra (sua tarefa profissional) e a boa ordem do Estado, estabelecido por sua natureza burocrática. (SILVA, 2001, p.26)

Desse modo, partindo da acepção abrangente do papel e significado dada pela autora, tomamos o termo *militar* como hiperônimo de todos os demais. Essa acepção está presente nas duas documentações que formam os nossos *corpora*, portanto, em ambos essa unidade terminológica foi tomada como hiperônimo. Assim, apresentamos a seguinte organização conceitual dos termos:

Quadro 02: Campo nocional do Século XVIII

RECURSOS HUMANOS E POSTOS DE GRADUAÇÃO
1.1. Militar
1.1.1. Oficial
1.1.1.1. Comandante
1.1.1.1.1. Marechal
1.1.1.1.2. Oficial superior
1.1.1.1.2.1. Major
1.1.1.1.3. Oficial inferior
1.1.1.1.3.1. Ajudante
1.1.1.1.3.2. Sargento
1.1.1.1.3.2.1. Portamachado
1.1.2. Soldado
1.1.2.1. Soldado veterano
1.1.2.1.1. Granadeiro
1.1.2.1.2. Portabandeira
1.1.2.2. Soldado peralta
1.1.2.2.1. Recruta

No quadro acima, referente ao século XVIII, subdividimos a categoria militar em 02 hiperônimos: *oficial* e *soldado*. Os oficiais, por sua vez, assumem o hiperônimo de *comandante*. Segundo Costa (2006), ser comandante correspondia a assumir o papel de cabeça do corpo militar, enquanto as demais classes de oficiais seriam os membros, estabelecendo, assim, que o universo militar era também influenciado pelo paradigma corporativista segundo o qual o indivíduo não existe sozinho, mas como parte de um todo ocupando um lugar na ordem, uma tarefa ou um dever social.

A partir dessa premissa, nessa categoria podem ser incluídas todas as unidades terminológicas que designam uma patente do exército português, uma vez que todos os oficiais poderiam assumir a função de comandar tropas. Por sua vez, os oficiais podem ser de três tipos: oficiais gerais, oficiais superiores e oficiais inferiores. Soares (2003) nos explicita que, no primeiro tipo de oficiais, podemos englobar o Marechal-General, Marechal do Exército, Tenente-General, o Marechal de Campo, o Mestre de Campo e o Mestre de Campo General. No segundo tipo estão o Major, o Tenente-coronel e o Coronel. Por fim, os oficiais inferiores seriam o Capitão, o Tenente, o Alferes, o Ajudante e o Sargento³.

Alocando os termos que identificamos no nosso corpus, temos a patente de *Marechal* diretamente relacionada ao campo *comandante* por estar englobada na classe de oficiais gerais- terminologia que não aparece no corpus. Já o termo *Major* está sendo englobado pelo hiperônimo *Oficial superior* e os itens lexicais *Ajudante* e *Sargento* pertencentes ao campo de *Oficial inferior*. O termo *Sargento* assume uma função específica no texto: a de porta-machados⁴. A categoria *soldado* engloba dos hipônimos formados por: *soldado veterano* e *soldado peralta*. O primeiro diz respeito aos soldados com mais experiência e tempo de caserna. Já o seguinte refere-se aos soldados com pouco tempo nas fileiras do exército e, portanto, sem experiência. Os veteranos podiam, no nosso contexto discursivo, assumir funções de porta-bandeira e granadeiro. Os soldados peraltas, por sua vez, podiam ser *recrutados*, recém-ingressados nas fileiras e ainda em fase de treinamento e preparação militar.

Para tratarmos da organização conceitual do século XIX, temos o seguinte esquema:

Quadro 03: Campo nocional do Século XIX

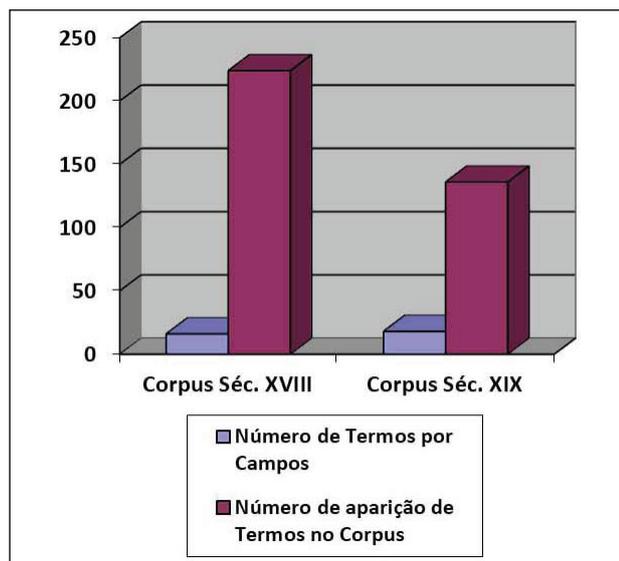
1. RECURSOS HUMANOS E POSTOS DE GRADUAÇÃO
1.1. Militar
1.1.1. Oficial
1.1.1.1. Oficial Commandante das divisões
1.1.1.1.1. Oficial General
1.1.1.1.1.1. Marechal de Campo
1.1.1.1.1.2. General
1.1.1.1.1.3. Brigadeiro
1.1.1.2. Commandante
1.1.1.2.1. Coronel
1.1.1.2.2. Tenente Coronel
1.1.1.2.3. Major
1.1.1.2.4. Capitão
1.1.1.2.5. Oficial inferior
1.1.1.2.5.1. Ajudante
1.1.2. Soldado
1.1.2.1. Escaramuçador
1.1.2.2. Mosquetaria
1.1.2.3. Recluta

Como já expusemos anteriormente, *militar* é nosso hiperônimo englobando os campos *oficial comandante das divisões*, *comandante* e *soldado*. O conceito de Divisão no exército português foi inserido pela primeira vez durante a Guerra das Laranjas⁵, no ano de 1801 (SELVAGEM, 1999) e significa dividir todo o corpo de Exército para fins de operação em grandes guerras. Assim, as Divisões tinham sob seu comando somente oficiais gerais. Por isso, em nosso mapa conceitual, alocamos a unidade terminológica *oficial general* como hipônimo de *oficial comandante das Divisões*. Por sua vez, englobados na categoria de oficial general estão os termos *Marechal de Campo*, *General* e *Brigadeiro*, em ordem decrescente de hierarquia (MARTINS, 1945).

No campo seguinte, *comandante*, dispusemos, também em ordem decrescente hierárquica, os demais oficiais que assumiam a função de comandar tropas: *Coronel*, *Tenente Coronel*, *Major*, *Capitão* e *Oficial inferior*. Este, por sua vez, engloba a patente de *Ajudante*, único termo dessa categoria encontrado no corpus. A última categoria, *Soldado*, comporta as funções de *escaramuçador*, *mosquetaria* e *recluta*.

Procedendo a uma apuração quantitativa – frequência de tipo- dos termos, vemos que, no século XVIII, há 16 termos identificados e 09 desses, no nosso mapa conceitual assumem a condição de hiperônimo de outros termos. Já no outro *corpus* temos 18 termos, sendo 07 deles hiperônimos dos demais. Assim, verificamos que, quantitativamente, os dois campos, em séculos diferentes, são proporcionais. Voltando nosso olhar para a frequência de ocorrência, temos 224 termos (*corpus* 01) e 136 termos (*corpus* 02).

Gráfico 01- Frequência dos Termos



Explorando mais detalhadamente os dados quantitativos, vemos que a frequência de tipo dos termos é maior no século XIX (18 ocorrências frente a 16), no entanto, a frequência de ocorrência é maior no século XVIII (224 ocorrências frente a 136).

Outro fato observado é o de que *soldado* é o termo mais frequente tanto no século XVIII (91 ocorrências) quanto no século XIX (29 ocorrências). Outro fenômeno que nos chamou atenção foi o fato de o campo englobado pelo hiperônimo *soldado*, no século XIX, ter 35 ocorrências em contraposição ao campo de mesma categoria do *corpus* do século seguinte, que apresentou 103 ocorrências na frequência *token*.

Diante do que foi exposto a partir dos dados quantitativos, surgiram três perguntas:

(1) O que será que motivou a diferença entre as frequências de tipo e de ocorrência nos *corpora*? ; (2) Por que a unidade terminológica *soldado* se manteve como a maior frequente tanto no século XVIII quanto no século XIX? ; (3) Por que o hiperônimo terminológico *soldado* apresentou diferença significativa de um século para o outro no que se refere à frequência de ocorrência?

Para iniciar a nossa discussão, é preciso voltar ao contexto histórico em que estão inseridos os nossos *corpora*. Na primeira metade do século XVIII, o exército português estava em período de assentamento. Somente a partir da segunda metade desse mesmo século que verificamos sua consolidação como instituição permanente.

Somente na segunda metade do século XVIII é que se tomaram medidas em Portugal para que a assimilação imemorial “nobreza-guerra” desse lugar a noção de que a guerra seria uma arte nobre, porém técnica. Neste contexto é que a afirmação do estatuto militar, o papel dos engenheiros militares, dos matemáticos da balística e das táticas aliadas a um discurso fundamentador de uma autonomia de saber, adquiriu peso ímpar. (GOUVEIA; MONTEIRO, 1998, p.180)

Vemos assim que, dentro do universo militar, o responsável por todas as grandes mudanças em relação ao quadro anterior em que se encontrava o exército foi o Conde de Lippe. Devemos recordar que as ações do Conde, tomadas como modelo da Escola Militar Prusiana, também foram pensadas na iminência de uma possível guerra por conta do ‘Pacto de Família’⁶. As principais preocupações do Conde de Lippe residiram na melhoria das fortificações, na introdução de novas regras de recrutamento, na aprendizagem contínua das tropas, na questão do fardamento e, principalmente, na disciplina militar (MARTINS, 1945).

No que concerne aos postos de graduação, entre as datas de publicação dos nossos *corpora* houve três grandes reformas feitas através de decretos: a 1796,

a de 1808 e a de 1816. Todas essas reformas tiveram como produto desfazer a concepção setecentista, arraigada em Portugal, em que a ocupação de um homem nos postos de hierarquia da estrutura militar “traduzia muito mais a sua posição no corpo social do reino do que as suas incertas habilitações bélicas” (SILVA, 2012, p. 42).

Por conta das especificações das mudanças que os decretos impuseram às patentes e reestruturação da hierarquia do exército português, veremos um aumento do número de itens lexicais de especialidade no campo nocional do século XIX, onde figuram, por exemplo, termos como *Coronel* e *Brigadeiro*, que não tinham lugar no século XVIII.

As antigas designações, por que até ali eram conhecidos vários postos militares, foram substituídas pelas que então eram usadas nos demais exércitos da Europa. Foram abolidos os postos de governadores das armas, Generaes de Cavallaria e artilheria, tenentes generaes de cavalaria, que passaram a chamar-se coronéis, comissários geraes da mesma arma, que tiveram o nome de tenente coronéis, tenentes de mestre de campo general e ajudantes de tenente. [...] Ao comando de cada brigada se deputou um oficial superior intermediário entre o coronel e o primeiro posto de general. A exemplo do que se praticava nas tropas estrangeiras deu-se-lhe o nome de brigadeiro. (LATINO COELHO, 1893, p.42)

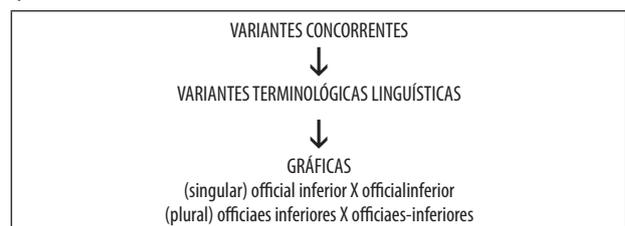
Ainda segundo Latino Coelho (1893, p.43), o posto de Coronel era privativo da Cavalaria, sendo seu correspondente na infantaria o posto de Tenente-Coronel. Com a reforma de 1796, a patente de Coronel se incorpora à Infantaria.

Já o posto de Brigadeiro, Latino Coelho (1893) expõe que designava o comandante de uma brigada de Infantaria ou Cavalaria. Foi criado, também por decreto, em 27 de abril de 1708 e tinham por função treinar os Coronéis, que estavam em cargo de comando

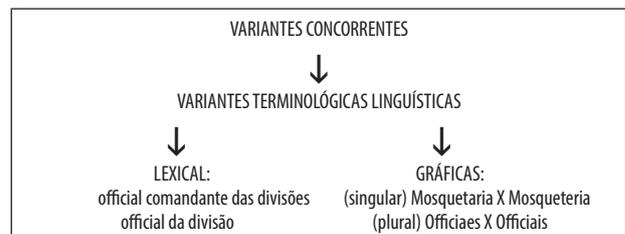
de regimentos, antes de obterem promoção ao posto de oficial general. O posto foi extinto em 1790 e restabelecido na íntegra no ano de 1796.

Fazendo menção às informações estilísticas, é importante ressaltar que a nossa fonte documental do século XVIII foi escrita por um oficial inferior e o *corpus* do século seguinte foi redigido por um oficial general. Assim, as visões de tática são diferentes se levarmos em consideração os agentes que escreveram os manuais. Nesse sentido, ainda que os campos referentes a *comandante* sejam quantitativamente equivalentes em ambos os séculos, suas subdesignações são maiores no século XIX do que no XVIII em virtude dos decretos que especificaram e reordenaram os postos de graduação e suas respectivas funções no lapso temporal compreendido entre a escrita dos nossos *corpora*. Em relação à categoria soldado, vemos que o *corpus* setecentista apresenta frequências de tipo muito similares a do documento do século XIX. No entanto, aquele apresenta frequência de ocorrência muito superior a esse. Essas similitudes e diferenças expressam algo relevante, uma vez que, segundo Matoré (1973), a palavra, além de ser o resultado de uma evolução histórica, é, também, uma ferramenta da compreensão social. Para termos, discursivamente, uma visão mais detalhada do que acontece, aplicaremos o construto de Faulstich para delimitar os tipos de variantes que aparecem. Começaremos pelas variantes concorrentes.

Quadro 04: Variantes concorrentes do século XVIII



Quadro 05: Variantes concorrentes do século XIX



Analisando os quadros das variantes concorrentes, verificamos que as gráficas se repetem nos dois séculos. Somente no século XIX aparecem variantes lexicais, por ser tratar de uma unidade terminológica complexa, e que, segundo nos afirma Faulstich (2002, p.81), “o apagamento de um dos elementos de predicação reduz a extensão do termo, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base preserva o conceito inerente ao termo naquele contexto”. Podemos verificar tal afirmação no seio do próprio discurso do *corpus* oitocentista.

[fól. 31 v] 50

alinhamento: **Officiaes Commandantes das di**

1080 **visoens**, devem saber o

numero de passos, que *ham* de

dar á sua divisão, para desembaraçar a sua frente da rectaguarda da divisão que a precede: E tendo dado os passos necessarios para este fim, *mandam* fazer alto, e por hum á esquerda, vem a frente, e toma

1085 a divisão o novo alinhamento. O momento de principiar a contar os passos, he quando o **Official da divisão**⁷, que o precede, dá a voz, alto.

Além disso, nesse campo, verificamos que a frequência de ocorrência de UTC é maior no século XIX. Podemos atribuir tal fato à especialização dos postos de graduação gerada pelos decretos de reorganização.

Em relação às variantes gráficas do século XVIII, vemos que a problemática se assenta em *official inferior*, tanto no singular quanto no plural. Na sua forma singular, a UTC alterna a sua grafia entre a marcação de uma única palavra ou de duas palavras. Em termos de frequência de ocorrência, verificamos que ambas as formas possuem a mesma distribuição. No que concerne ao plural, a frequência também é estável. Nesse ponto, podemos pensar na correlação existente entre a grafia de *official inferior* e *officiaes-inferiores* frente à grafia de *official inferior* e *officiaes inferiores*. De acordo com Gonçalves (2003, p.573), há três usos para o hífen no português setecentista: “marca de translineação, marca de composição lexical e marca de relações morfo-sintáticas, sendo que no primeiro caso indica a divisão da palavra gráfica e fônica em

final de linha, no segundo está associada à formação de palavras, e, no terceiro, liga pronomes átonos a formas verbais”. No nosso caso, o hífen pertence ao segundo caso e, como verificamos, eles se alternam sem regras específicas e sem especial atenção das gramáticas e dos ortografistas da época.

[...] pode concluir-se que no século XVIII o hífen estava associado ao processo de divisão silábica, na translineação, e à visualização da dependência das formas pronominais ao verbo, sobretudo as enclíticas. Menos numerosas e especificadoras são as referências ao papel do hífen lexical, aspecto que não mereceu grande relevo à maioria dos ortografistas [...]. Com essa função, só em Oitocentos, a partir da reflexão sobre a estrutura morfo-lexical e fonética dos vocábulos, o hífen adquirirá um papel destacado como pontuação de palavra, na sequência dos trabalhos dos “sónicos” e dos desenvolvimentos da fonética. (GONÇALVES, 2003, p. 187)

Assim, apoiados pelas ideias de Gonçalves (2003) verificamos que, no século XVIII, ainda que teoricamente houvesse uma indicação para tratar do uso do hífen em uma acepção lexical, isso não era feito e, portanto, abria-se um espaço para seu uso, como vemos no *corpus* setecentista, em variação livre.

Ao analisarmos as variantes gráficas do *corpus* do século XIX, nos deparamos com os seguintes dados: (a) na forma singular há uma alternância entre <e> e <a>, em *Mosquetaria X Mosqueteria*; e (b) na forma plural há uma alternância entre <e> e <i>, em *Officiaes X Officiais*. Tendo em vista o agente de produção do *corpus* oitocentista, que durante muitos anos viveu na França, e a entrada da palavra *mosquetaria* na língua portuguesa via francês *mousqueterie*, podemos adotar a possibilidade de que a alternância vocálica de *-aria/-eria* seja uma variação gráfica etimologizante, assim como irá ocorrer com outros termos, tal como *infantaria/infanteria*, objeto de nossa análise no próximo campo conceitual. Atrelado a esse fato, devemos lembrar que o século XIX em Portugal terá fortes influências france-

sas, tanto na história militar quanto na história econômica, política, social e, principalmente, cultural.

O sufixo *-eria*, em comparação com *-aria*, é o mais difundido nas línguas românicas. Identificamos a época medieval como o período da sua difusão: o francês, nesta época, foi uma língua que exerceu muita influência na România Ocidental. O sufixo *-eria* é uma forma divergente de *-aria*, cuja formação remonta ao francês e que se irradiou para as outras línguas românicas. Ao analisarmos a distribuição geográfica do sufixo na Península Ibérica, percebemos que a forma *-eria* é majoritária. A língua portuguesa é a única que possui formas majoritariamente sufixadas por *-aria*. (CONDÉ, 2014, p.108)

Dessa feita, tendo como referência a presença francesa no Portugal oitocentista, nosso posicionamento aponta para o mesmo sentido e direção que nos apresenta Condé (2014), em relação aos nossos dados quantitativos. Assim, Eckert (2004) também corrobora para nossa perspectiva ao afirmar que a construção do significado social, altamente influenciado pelo estilo francês, se elabora de forma semelhante à construção da linguagem e, portanto, a variação linguística não apenas reflete o significado social existente, mas é parte da sociedade. Em outras palavras, a vida social se faz manifestar nos arranjos lexicais (MATORÉ, 1973).

Já o fenômeno que apresentamos em (b), assenta sua explicação na informação de que o plural de palavras em português está associada à presença de *-s*. Porém, em casos de a sílaba final ser travada, que é o caso do termo *official*, há algumas explicações, que nem sempre estão alinhadas, para dar conta do fenômeno. Não é nosso objetivo explicar como ocorreu essa diferenciação nas formas de plural e tampouco apontar qual a doutrina que melhor pode explicar essa variação. É fato que os autores que já estudaram o assunto não coincidem no todo em suas explicações⁸, mas, para nosso trabalho se faz necessário somente mostrar que essa variação era existente e frequente nos séculos XVIII e XIX, sem formas de predominân-

cia até o século XX, quando o plural em *-ais* passa a ser a norma do sistema.

Em relação às variantes coocorrentes, não encontramos relações de sinonímias dentro dos textos com os quais trabalhamos. Esse fato é decorrente de, nesse campo nocional específico, os postos de graduação terem posições semânticas bem delimitadas dentro da organização militar. No entanto, como nosso estudo terminológico é desenvolvido tomando o texto e sua produção discursiva, é importante averiguar o tipo de relação que os termos desenvolvem nesse contexto. Faulstich (2002, p.84) chama atenção para o fato de que os textos de especialidade podem ser organizados por meio de dois planos coesivos: o gramatical e o lexical. “A coesão lexical se organiza por meio de unidades lexicais que pertencem às séries abertas da língua, por isso é mais complexa e só pode ser identificada no vocabulário empregado no texto” (FAULSTICH, 2002, p.85).

Para que haja coesão lexical é preciso que, no texto, ocorra relação entre duas ou mais unidades lexicais. Se dessa relação decorrer uma linha isotópica no interior do texto, é porque as unidades lexicais envolvidas geraram relações semânticas, com base em elementos de referência e de co-referência equivalentes, responsáveis pela dimensão do significado textual. [...] Outros processos para reiterar e para inter-relacionar unidades lexicais é o que estabelece a relação entre a hiperonímia e a hiponímia, em que o genérico e o específico organizam as informações progressivas no texto. (FAULSTICH, 2002, p. 85)

Desse modo, os hiperônimos destacados no nosso mapa conceitual funcionam como variantes terminológicas coocorrentes porque, dentro dos textos, funcionam como elementos para organizar a progressão das informações. No documento setecentista temos

[fól. 28r]

Sendo, pois, o fogo huma das principaes defenças daquella, he preciso que elle seja bem dirigido para ter effeito, e por consequente a sua theoria he in

915 dispensavelmente necessária ao **oficial** para a instrução do soldado.

Deve, pois, o **oficial de infantaria**⁹ conhecer o alcance das armas; e para isso he preciso consi

Nesse fragmento, por exemplo, podemos perceber que os termos *official* e *official de infantaria* funcionando como hiperônimos dos postos de graduação que estão alocados nesse conceito. Do mesmo modo, podemos identificar uso idêntico no texto do século XIX.

[fól. 34v]56

Por estas razões he preciso, que as Tropas este
jão igualmente exercitadas em desdobrar de todos
1220 os modos, para que não succeda haver nunca momen
to de indecisão, no que toca a tomar a formatura, que
o **Commandante**¹⁰ pode pertender; mas havendo a
diferença já dita, deve ser o desdobramento pelo cen
tro a que se dê a preferencia na pratica mais usual.

Podemos ver que o termo *Commandante* está se referindo a qualquer posto de graduação que possa, por força do ofício, assumir essa função. No que concerne às variantes competitivas, nenhuma foi verificada em nossos *corpora*. Nossa visão sobre as variantes terminológicas de registro residem em uma visão diacrônica. As variantes terminológicas geográficas não pertencem ao nosso rol de análise porque os documentos são provenientes da mesma origem.

As variantes de discurso são importantes nesse campo nocional. Assim, tomamos as variáveis *hierarquia de sujeitos dentro da comunidade de prática e estilo de escrita na produção dos manuais* como igualmente importantes para a análise dos postos de graduação. Nesse sentido, devemos recordar que os agentes produtores dos textos são de patentes distintas e tem experiências de mundo diferentes. O primeiro é de classe média burguesa, nascido e criado em Portugal, com idade aproximada entre 18 e 24 anos. O segundo, de acordo com Almeida (1963), é de origem nobre, nascido em Portugal, criado em Lion (França) até 14 anos de idade. Retorna a Portugal, onde permanece até o ano de 1801. Em seguida segue para o Brasil. Retorna a Portugal, onde vive de 1826 a 1831. Nesse ano, segue

para Moçambique, onde falece em 1831. Essa caracterização é importante para nossa visão sobre a produção da escrita e seu estilo uma vez que Eckert (2004) aponta que as considerações sobre o social sempre levam a uma correlação complexa que se estabelece entre língua e sociedade. Desse modo, verificamos que entender as motivações para as variações não se assenta somente em uma simples associação entre língua e proveniência social.

Diante dessa ideia, a autora afirma que uma das tendências dos estudos variacionistas é terem rejeitado o indivíduo como unidade de análise, centrando-se em uma perspectiva do social como comunal. Assim, comungando com a nossa perspectiva de análise, que está alinhada dentro da proposta de Eckert (2002, 2004), voltamos nosso olhar para as comunidades de prática e analisamos a produção dos atos linguísticos pelo agente sempre levando em conta o fato de esse agente estar inserido em um grupo dentro da sociedade e, portanto, consegue reproduzi-la pela sua prática linguística. Como nos afirma Biderman (2001), as realizações léxicas de uma língua se conectam diretamente às experiências de seus usuários.

Pensando em tudo isso, chegamos à conclusão de que as variantes temporais nesse campo nocional assumem um papel importante. Isso se deve ao fato de o período compreendido entre a publicação dos nossos *corpora* comportar mudanças históricas importantes, tanto social quanto militar, que, como vimos, estão representadas na linguagem de especialidade ora estudada. Labov (2008), afirma que é necessária uma delimitação da estrutura social, pois ela corresponde à dada estrutura linguística. Assim, mudanças na estrutura social também podem se traduzir em mudanças na estrutura linguística.

Não se pode mais alegar seriamente que o linguista deve limitar suas explicações da mudança às influências mútuas de elementos linguísticos definidos por função cognitiva. Tampouco se pode alegar, com um mínimo de bom senso, que um sistema linguístico em mudança é autônomo [...] não é possível realizar

uma análise das relações estruturais dentro de um sistema linguístico para só depois recorrer a relações externas (LABOV, 2008, p.214)

No nosso estudo verificamos que há movimentos sociais muito importantes e que, seguramente, afetam as estruturas linguísticas da nossa comunidade de prática. As invasões napoleônicas, as guerras contra a Espanha, as mudanças de diretrizes militares segundo as escolas dos estrangeiros que estavam à frente do exército português (ora alemães, ora prussianos, ora ingleses), as influências políticas, econômicas e culturais inglesas e francesas na sociedade portuguesa de fim dos setecentos e início dos oitocentos, todos esses fatores externos influenciam o sistema linguístico de Portugal e favorecem o aparecimento de variações e de fenômenos de mudança em curso.

Assim sendo, tomando por base a relação língua geral-linguagem de especialidade e os fatos externos que influenciam a nossa comunidade de prática de militares, verificamos que alguns termos sofreram mudança de significado de um século a outro. Essas unidades terminológicas desenvolveram um novo sentido quando relacionadas com seus respectivos contexto. Segundo Ullmann (1977), as mudanças semânticas são geradas por fatores linguísticos, históricos, sociais, cognitivos e de contato. Logo, para nosso trabalho, todos esses fatores atuarão diretamente para a mudança semântica.

Nos nossos *corpora*, desde a perspectiva diacrônica, notamos alguns casos de mudança semântica. Nesse campo nocional temos o caso do termo *Ajudante*. Tanto na referência lexicográfica da época quanto no significado extraído do contexto, essa unidade terminológica, no século XVIII, se referia a um oficial inferior que tinha como função ajudar os Majores de exército. Já no século XIX, percebemos certa autonomia em relação ao Major. O Ajudante passa a ter uma função específica que é a de preparar o quarto da guarda para o capitão, de proferir as instruções militares aos demais oficiais inferiores, de fazer os serviços de secretaria e de realizar outras ações que lhe sejam ordenadas pelos oficiais superiores do corpo (LATINO COELHO, 1893). Assim, ele não só ajuda o Major, como o Capitão,

o Coronel e o Tenente-coronel. O militar nessa função, de um século a outro, passa a ter uma atuação mais genérica no seio do Exército. Assim, estamos diante de uma mudança semântica, que acarretou o alargamento de significado, uma vez que se ampliam as funções do posto de graduação e dos demais oficiais a quem deve ajudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando nossas considerações desse campo nocional, podemos responder as perguntas que nos guiaram às reflexões feitas. À primeira pergunta podemos atribuir o estilo da escrita, que obviamente está relacionado de modo direto ao posto de graduação que os autores dos textos ocupam dentro do Exército em suas respectivas épocas. Além disso, atrelamos às diferenças de frequência e de tipo os fatos históricos, como a sucessão de publicações de manuais específicos e das recorrentes campanhas de guerra nas quais estavam imersas o Exército português. Essa conjunção de elementos agiu diretamente como motivação para a diferença de frequências encontradas nesse campo nocional.

Em segundo lugar, notamos que a unidade terminológica *soldado* se manteve como a maior frequente tanto no século XVIII quanto no século XIX. Não se pode negar que, numericamente frente ao número de oficiais, os soldados são a base dos exércitos. Ambos os manuais foram escritos com o objetivo de treinar os soldados para as evoluções de combate. Devido a esse fator, notamos que a frequência do termo *soldado* se mantém como a maior nos dois momentos temporais nos quais estamos inseridos nesse trabalho.

Apesar de o soldado ser o alvo dos treinamentos propostos nos manuscritos, o fato de os agentes que os escreveram serem de postos de graduação bem distintos e terem experiências e visões sobre a guerra diferentes, notamos que o público a quem se está endereçada a leitura também não é igual. O manual de autoria do oficial inferior tem seu foco voltado mais para um treinamento direto com os soldados, inclusive porque na ordem hierárquica eram os alferes que trabalhavam

mais diretamente com os soldados. Já o manual do século XIX, escrito por um oficial general, se dedica a instruções que os demais oficiais (superiores e inferiores) deveriam passar para os soldados. A existência dessa diferença também pode ser referendada por Eckert (2004) quando afirma que prática linguística não é apenas o uso consensual de um sistema, pois uma convenção é um processo em que o indivíduo age sobre o outro e faz hipóteses sobre seu comportamento. Dessa forma, se concretiza quantitativamente no plano lexical os indivíduos para os quais os autores estão criando suas hipóteses e estratégias de combate. Assim, essa diferença traçada dos destinatários das instruções corrobora para nosso entendimento do porquê o hiperônimo terminológico *soldado* apresentar uma diferença significativa do século XVIII para o século XIX no que se refere à frequência de ocorrência. Desse modo, vemos como as questões desenvolvidas pela história da cultura escrita funcionam como fator extralinguístico importante para o entendimento das variações e mudanças sob a luz da socioterminologia em viés diacrônico.

NOTAS

- 1 Essas informações foram obtidas ao investigar os manuscritos que estão na caixa da Casa Fronteira e Alorna, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Portugal. Além disso, conseguimos referendar todas as informações por meio de Vicente (2000) e Almeida (1963).
- 2 Neste trabalho, estamos concebendo a Unidade Terminológica Complexa (UTC) a partir dos modelos de predicação de Simon Dik (1981, 1983). Assim, entendemos uma UTC como “unidades formadas por uma base e argumentos, ou por uma predicação nuclear e seus satélites” (CAFÉ, 2003, p.68).
- 3 O decreto de 16 de Fevereiro de 1764, expedido pelo Conde de Lippe, reconhece o Sargento como oficial inferior e institui a competência que este tem para responder pelas companhias. Além disso, o mesmo decreto determina que eles os sargentos deveriam saber ler e escrever de modo correto porque “o oficial comandante poderia não o saber por ser fidalgo”.
- 4 Também conhecidos como sapadores (Idade Média) ou pontoneiros. As literaturas especializadas dão a essa função a origem do corpo de engenheiros militares. (LATINO COELHO, 1893).
- 5 Esta Guerra foi travada entre Portugal e a Espanha, em 1801, antes de eclodir a grande Guerra Peninsular.
- 6 Esse pacto está relacionado com a Guerra dos Sete Anos que foi gerada por conflitos diplomáticos entre a Inglaterra e a França, entre 1756 e 1763. Para fins de aliança e defesa de seus territórios, tanto na Europa quanto no exterior, configurou-se França, Áustria, Saxônia, Rússia, Suécia e Espanha, de um lado, e Inglaterra, Portugal, Prússia e Hanôver de outro. Portugal foi excluído da aliança França-Espanha

porque, historicamente, sempre foi aliado da Inglaterra. (SELVAGEM, 1999)

7 Os negritos são nossos.

8 Os autores que buscamos foram Câmara Jr. (1976), Williams (2001) e Teyssier (2007). Em síntese, historicamente, a formação de plural de nomes terminados em *-al* não possui uma explicação única para a aparição de *-e-* ou *-i-*. A hipótese de que houve a queda do *-l-* intervocálico é o único ponto pacífico nos autores supracitados.

9 O negrito é nosso.

10 O negrito é nosso.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. S. “*Lexicologia Social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais*” In: ISQUERDO, A.N.; SEABRA, M.C. (Org.). **As Ciências do léxico- volume VI**. Campo Grande: EdUFMS, 2012. pp. 141-161.

ALMEIDA, A.R. “*Marechal-de-campo João Carlos D’Oeynhauzen e Gravenburg – Marquês de Aracati*” In: **Revista do Instituto Ceará**. Ceará: Instituto Ceará, 1963. pp. 358-360.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Lingüística: teoria lexical e lingüística computacional**. SP: Martins Fontes, 2001.

BYBEE, J. “*Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency*” In: Joseph, Brian D.; Janda, Richard D. (eds.). **Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2002. pp.602-623.

CAFÉ, L. “*Terminologia: Aplicação do (re) modelo de Simon Dik*” In: FAULSTICH, E.; ABREU, S.P. (orgs.). **Lingüística Aplicada à Terminologia e Lexicologia. Cooperação internacional: Brasil e Canadá**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. pp.59-82.

CAMBRAIA, César Nardelli. “*Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüísticos*” In: **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. SP: FFLCH-USP/ Humanitas, 1999. pp.13-23.

_____. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. “*Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis*” In: **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 21, n. 1, jan./jun. BH: FALE UFMG, 2013. pp. 157-188

CONDÉ, V.G. “*Estudo comparativo do sufixo -aria/-eria nas línguas ibero-românicas do Noroeste Peninsular*” In: VIARO, M.E. (Org.) **Morfologia Histórica**. SP: Cortez, 2014.

COSTA, A.P.P. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777)**. RJ: IFCS UFRJ, 2006 (Dissertação de Mestrado).

- DIK, S. "Predication and expression: the problema and the theoretical framework". In: DIK, S. **Predication and expression in functional grammar**. Londres: London Academic Press, 1981. pp. 1-17.
- _____. **Advances in Functional Grammar**. Foris Publications: Publications in Language Sciences, 11, 1983.
- ECKERT, P. "Constructing meaning in sociolinguistic variation". In: **Annual Meeting of the American Anthropological Association**. Paper. New Orleans, pp. 01-08, 2002.
- _____. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- FAULSTICH, E. "Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina" In: **Revista Ciência da Informação**. Volume 24, número 3, set-dez 1995. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1995. pp.281-287
- _____. "Variação Terminológica. Algumas tendências no Português do Brasil". In: **Cicle de conferencies 96-97. Lèxic, corpus i diccionaris**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998a.
- _____. "Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua". **Conferência Magistral apresentada no VI simpósio da Rede Iberoamericana de Terminologia (RI-TERM)**. Havana, Cuba, 1998b. Disponível em http://www.ufrgs.br/riterm/por/simposios_antiores_1998.html (acesso em 13 de maio de 2017)
- _____. "Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie" In: KAGEURA, Kyo; L'HOMME, Marie-Claude. (ed.) **Terminology**, v.5 (1). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998c. pp. 93-106.
- _____. "Aspectos de Terminologia geral e Terminologia variacionista" In: **Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia**. TRADTERM, nº 7. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. Pp. 11-40.
- _____. "Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia" In: RAMOS, Gloria Guerrero; PÉREZ LAGOS, Manuel Fernando (coord.). **Panorama Actual de la Terminología**. Granada: Editorial Comares, 2002. pp.65-91.
- GECKELER, H. **Semántica estructural y teoría del campo léxico**. Madrid: Gredos, 1994.
- GONÇALVES, M.F. **As ideias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734- 1911)**. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- GOUVEIA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. "A milícia". In: HESPANHA, António M. (Org). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HALLIG, R.; WARTBURG, W. **Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas**. Berlin: Akademie Verlag, 1952. pp.75-77
- HENRIQUES, C.C. "Lexicologia aplicada: algumas contribuições didáticas" In: ISQUEDO, A.N.; BARROS, L.A. **As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Volume V**. MS: Campo Grande: EdUFMS, 2010.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Terminology work – principles and methods: 1087-1**. Part 1: theory and application= Travaux terminologiques – vocabulaire. Partie 1: théorie et application. [S.l.: s.n.], 2000.
- KLEIBER, G. **Problèmes de sémantique. La polysémie en questions**. Lille: Ed. du Septentrion, 1999.
- LABOV, William. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.
- _____. **Padrões Sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno. SP: Parábola, 2008.
- _____. **Principles of Linguistic Change. Internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.
- _____. **Principles of Linguistic Change. Social factors**. Cambridge: Blackwell, 2001.
- LATINO COELHO, J.M. **História Política e Militar de Portugal**. 3 tomos. Lisboa: Imprensa Nacional, Lisboa, 1893.
- MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. **Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- _____. "Estudo léxico-social da terminologia militar em diacronia: uma abordagem funcional da variação e mudança". **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, CiFEFil. 2016a. Ano 22, n.66 (supl), p.744-756.
- _____. "Socioterminologia diacrônica: variação e mudança em termos militares de infantaria". **Revista Raído**. Dourados, Mato Grosso do Sul/ UFGD, 2016b. v. 10, n. 24, 2º semestre 2016 - número especial. p. 65-80.
- _____. "Crítica Textual e Terminografia Diacrônica: bases para preparação da socioterminologia histórica". **Revista LaborHistórico**, Rio de Janeiro, UFRJ. 2017. N.2, v. 2, p. 86-112.
- _____. "Crítica Textual e Linguística histórica em manuscritos militares". **Revista da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)**, Paraná, UFPR. 2017a. n.16 (3), p.245-264.
- MARENGO, S.M.D.A.; CAMBRAIA, C.N. **Estudo socioterminológico da variação/mudança em manuscritos militares dos séculos XVIII E XIX**. Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura, São Cristóvão/Sergipe. 2016. n. 24, p.203-224.
- MARTINS, General Ferreira. **História do Exército Português**. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945.

MATORÉ, G. **La Méthode en Lexicologie**. Paris: Librairie Marcel Didier, 1973.

CAMARA JR. J.M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. RJ: Padrão, 1976.

ÖZSOYOĞLU, Gultekin, SNODGRASS, Richard T. “*Temporal and Real-Time Databases: A Survey*” In: **IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering**, vol. 7, nº4, August, 1995. pp. 513-532.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. “*Semântica Lexical*” In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística. II. Princípios de análise**. SP: Contexto, 2005.

ROSCH, Eleanor. “*Natural categories*” In: **Cognitive Psychology**, 4, 1973. pp. 328-350.

_____. “*Cognitive representations of semantic categories*” In: **Journal of experimental Psychology: General**, 104, 1975. pp. 192-233.

_____. “*Principles of categorization*” In: ROSCH, Eleanor; LLOYD, B.B. (Org.). **Cognition and categorization**. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1978.

SELVAGEM, C. **Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1999.

SILVA, K.V. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife, 2001.

SILVA, C.A.L. **A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na Alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839**. RJ: Programa de Pós-graduação em História Social- UFRJ, 2012. Dissertação (Mestrado em História).

SOARES, A.R. **Os Generais do Exército Português. Vol.1**. Lisboa: Biblioteca do Exército, 2003.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. SP: Martins Fontes, 2007.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VICENTE, António Pedro. **O tempo de Napoleão em Portugal: Estudos Históricos**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2001.

O AUTOR

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo é Doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professor do Departamento de Letras Vernáculas e Programas de Pós-graduação acadêmico e profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Atua na linha de descrição, usos e análise linguística. Atualmente é bolsista de Pós-Doutorado Júnior (Processo número 167680/2017-0) do CNPq junto ao programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinc) da Universidade Federal da Bahia. E-mail: sandrodmarengo@gmail.com